

UM ESTUDO SOBRE JOVENS ESTUDANTES- TRABALHADORES: DA INSERÇÃO OCUPACIONAL AOS SENTIDOS DO TRABALHO

Dirce Maria Falcone Garcia
UNIUBE

Resumo: Nesta pesquisa analisamos algumas relações entre educação e trabalho procurando compreender a perspectiva dos jovens estudantes trabalhadores sobre essa dupla questão. Analisamos a trajetória ocupacional dos jovens pesquisados e os sentidos que atribuem ao trabalho em sua vida, no atual momento, marcado pela vulnerabilidade.

Palavras-chave: educação e trabalho; juventude; sentidos do trabalho.

Este artigo é parte de uma pesquisa em que a interrelação entre educação escolar e o trabalho é central pela própria definição do objeto de estudo, mas sobretudo porque os jovens estudantes e trabalhadores entrevistados freqüentam o Ensino Médio que, de acordo com a LDB n. 9.394 de 20/12/1996, passa a ser estruturado tendo em conta as mudanças em curso no mundo do trabalho formal, caracterizado, dentre outros aspectos, pelo aumento do desemprego e pela emergência no mercado de trabalho de novas regulações.

Este estudo foi realizado numa abordagem qualitativa, tendo sido utilizados o questionário e a entrevista como instrumentos de pesquisa. Foram selecionados alunos de duas classes de segunda série do Ensino Médio de duas escolas noturnas de Campinas, da rede pública estadual, totalizando oitenta e oito informantes. Após a tabulação dos dados e levando em conta as categorias de gênero, escolaridade dos pais, situação sócio profissional e renda desses informantes, foram selecionados vinte alunos, com os quais foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. As informações, na entrevista, foram colhidas sob a forma de relatos orais, gravados pela pesquisadora e analisados a partir de categorias temáticas, abrangendo toda a complexidade e diversidade encontradas nas falas dos informantes.

Num primeiro momento abordamos a posição ocupada pelos jovens no mercado de trabalho, instável, imprevisível e arredio, sobretudo aos jovens das camadas populares, procurando mostrar como se deu sua inserção no mundo de trabalho e quais as suas ocupações, tempo de permanência no trabalho e salários. E num segundo momento focalizamos as representações e o valor do trabalho.

O trabalho, na forma do emprego com seguridade, torna-se escasso, sobretudo, nas duas últimas décadas. Há o que Antunes (2000, p. 209) chama de “despro-

letarização do trabalho industrial fabril, que provém da diminuição da classe operária tradicional” junto à qual, “paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho”, onde predomina o trabalho precário, parcial, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços. Portanto, observa-se um movimento de precarização do trabalho pela instabilidade, insegurança e ameaça do desemprego associada à flexibilização do campo do trabalho com a intensificação deste para aqueles que estão empregados.

Por outro lado, ocorrem alterações qualitativas em que num pólo há ramos que exigem cada vez maior qualificação e no outro extremo há a desqualificação de alguns setores produtivos. Tem ocorrido também a extinção de algumas especialidades no mundo do trabalho, fruto do avanço tecnológico e das novas formas de gestão do processo produtivo. As análises mais recentes constataam que as empresas têm recorrido a um processo de requalificação ou de reprofissionalização para adequar a mão de obra às novas tecnologias (HIRATA, 1999). Para Antunes (2000), o trabalho passa por uma transformação que o complexifica e na sua perspectiva continua central, apesar do desassalariamento.

O processo de desassalariamento, de acordo com Hirata (1996), tem induzido ao surgimento de uma série de idéias sugerindo o fim da divisão do trabalho¹, o fim do próprio trabalho e de sua centralidade, ou ainda, a idéia do fim do “valor” do trabalho.

Tais idéias têm gerado um polêmico debate teórico-político, a respeito das questões acima, tendo em vista os múltiplos sentidos em torno das noções do trabalho e de sua centralidade. Posicionam-se na perspectiva dos que sustentam o fim do trabalho e de sua centralidade, um filósofo como Habermas, sociólogos como Offe e Gorz e um economista como Rifkin, que assumem tal posição com fundamentos diferentes, porém convergindo para uma apropriação restrita da noção de trabalho como emprego assalariado, no setor produtivo e industrial (HIRATA, 1996).

Por outro lado, há os que questionam a idéia do fim da centralidade do trabalho, pelo papel desempenhado tanto pelo trabalho como pelo desemprego, na condição de vida das pessoas e na inserção social delas. Segundo Castell (1998, p. 495), na atualidade a questão social está irremediavelmente vinculada ao “enfraquecimento da condição salarial”: o trabalho assalariado definia atributos ao indivíduo, classificava o indivíduo na sociedade, garantia seguridade e o exercício de direitos sociais, dava o suporte de identidade em detrimento de outros, sendo a base para as políticas de integração social gestadas pelos Estados do Bem-estar Social. Na sua opinião, nas formações sociais industriais modernas o “trabalho é mais do que o

¹ Hirata (1996) sobre a idéia do fim da divisão do trabalho afirma: “A idéia do fim da divisão do trabalho começou a ser veiculada na primeira metade dos anos 80 e corresponde ao momento do debate na sociologia e na economia do trabalho em que pesquisadores afirmavam que as novas tecnologias e os novos paradigmas organizacionais requalificavam o trabalhador e recompunham as tarefas, em vez de aprofundar a divisão taylorista do trabalho. Datam de 1984 as duas obras representativas desse posicionamento: o “The second industrial divide: possibilities for prosperity” de M. Piore e CH. Sabel e “La fin de la division du travail? La rationalisation dans la production industrielle”, de H. Kern e M. Schumann.

trabalho e, portanto, o não trabalho é mais do que o desemprego...” (CASTELL, 1998, p. 496), pelas perdas que o indivíduo desempregado sofre muito além do não recebimento do salário. E constata que o emprego assalariado estável diminui enquanto que formas de trabalho precárias se instalam, não em condições de absorver a massa de jovens em busca de trabalho, ou mesmo daqueles que são considerados de difícil absorção pelo sistema; e ainda, que numerosas profissões liberais como as dos advogados, médicos etc. transformam-se em profissões assalariadas, levando-o a afirmar que a “sociedade atual é ainda maciçamente uma sociedade salarial”. Nega a perda da centralidade do trabalho, salientando a sua metamorfose, uma vez que “o trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm” (CASTELL, 1998, p. 578).

Sob outro enfoque, embora complementar, temos a colocação de Yves Barel Billiard (1997) sobre a centralidade do trabalho, em que o considera como o “Grande Integrador” social das sociedades industriais modernas. Segundo Billiard (1997, p. 183) a argumentação central de Barel é a seguinte: vivemos um período de enfraquecimento do trabalho como o Grande Integrador e pela inexistência de um outro integrador que o substitua; o trabalho continua a fazer a função de Grande Integrador que ele não é mais.

Vivemos numa fase do “como se”. Porque, para Billiard (1997), cada sociedade possui uma matriz de sentido, responsável por organizar a vida em sociedade, assegurar a ordem, regular conflitos, a qual garante à sociedade uma unidade. E nas sociedades industriais modernas essa matriz de sentido é o trabalho. Em sua visão, nos dois últimos séculos o trabalho tem progressivamente estruturado toda sociedade e as representações que esta tem de si própria.

Em suma, o trabalho é o grande operador simbólico. E o trabalho, que foi o princípio organizador da sociedade industrial moderna, não o sendo mais, de fato, gera uma fase indefinida, de transição, uma crise de sentido e, como tal, uma crise na coesão social, fruto de múltiplos processos de integração.

Segundo Castell (1998, p. 532) “nas sociedades industriais sobretudo para as classes populares o trabalho continua sendo o Grande Integrador, o que, como precisa Billiard (1997), não implica num condicionamento pelo trabalho”. E levanta a questão de que ainda é muito difícil avaliar os efeitos do enfraquecimento das funções integradoras do trabalho.

Antunes (2000), que também se opõe à visão da perda da centralidade do trabalho, o faz na seguinte acepção:

A importância da categoria do trabalho está em que ela se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana. Nesse plano mais abstrato, parece desnecessário dizer que aqui não estou me referindo ao trabalho assalariado, fetichizado, e estranhado (labour), mas ao trabalho como criador de valores de uso, o trabalho na sua dimensão concreta, como atividade vital (work), como **“necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza”** nas conhecidas palavras de Marx em O Capital” (p.167).

Como afirma Hirata, (1996) “repensar o sentido do trabalho hoje, ao nível da sociedade é, de certa forma, tentar dar respostas para essa questão da centralidade...”

Procuramos, no decorrer da análise de dados desta pesquisa, apreender a importância do trabalho como referência na vida dos jovens estudantes, na estruturação de suas representações, no significado e valor que atribuem ao trabalho e, conseqüentemente, apreender o papel que desempenha na sua socialização e em sua identidade. Em suma, buscamos registrar dados que possibilitem alguma resposta à questão da centralidade do trabalho ou não, e em que sentido, para este grupo pesquisado.

PERCURSOS DE INSERÇÃO DOS JOVENS PESQUISADOS NO MUNDO DO TRABALHO

Esses jovens estudantes trabalhadores ingressaram no mercado de trabalho em meados da década de 90, coincidindo com o período em que houve no Brasil o empenho do Estado e do setor privado para se adequarem às exigências da economia mundializada, dentro dos padrões de interesse dos grupos hegemônicos.

Segundo Pochmann (1999):

As medidas macroeconômicas em curso desde 1990 promovem a desintegração da cadeia produtiva e se mostram, até o momento, mais eficazes na destruição de parte significativa da estrutura produtiva e do emprego do que no estabelecimento de uma nova base de desenvolvimento, com forte apoio na geração de empregos. A desarticulação no interior de várias cadeias produtivas tem levado à maior heterogeneidade da base econômica, com a modernização de empresas na ponta e o retraimento, fechamento e desnacionalização de outras ao longo da cadeia produtiva (p. 86).

Esses fatores explicam, em parte, a diminuição do setor secundário, com empregos regulares e regulamentados e um aumento das ocupações do setor terciário, geralmente inferiores em quantidade para absorver a massa de desempregados, qualidade e remuneração.

Concomitantemente a esse processo há o crescimento do setor terciário, como já afirmamos, favorecido, inclusive, pelas políticas regulatórias de contratação e demissão da mão-de-obra, dentro das normas flexibilizadas.

É justamente nesse setor do emprego em que os jovens desta pesquisa se inserem, em sua maioria. Quanto mais precária a condição de vida de sua família, mais cedo se iniciam no mercado de trabalho.

Observamos que maioria dos jovens estudantes desta pesquisa ingressaram no mercado de trabalho entre doze anos e quinze anos de idade.

Em média ingressaram ganhando de um salário mínimo a dois salários mínimos. Em ambas as escolas havia uns poucos que não recebiam remuneração por trabalharem em negócios da família.

Uma característica marcante do trabalho desses jovens é a rotatividade intensa, apresentando uma variação de alguns meses até um ano e meio, de modo geral.

Para caracterizar melhor essa rotatividade, lançamos mão dos relatos sobre a inserção profissional dos jovens entrevistados em 2000. Alguns que estavam *desempregados em 1999*, quando iniciamos a pesquisa e aplicamos o questionário, posteriormente, *em 2000, conseguiram empregar-se*, como o Waldemar que conseguiu um emprego como estagiário, sem registro, na função de auxiliar de escritório; o Rodrigo que conseguiu trabalho como repositor de mercadorias em um supermercado de Indaiatuba; a Gilsa, que, depois de dois anos desempregada, conseguiu um emprego em um hipermercado, em 2001; a Magda, que, após dois anos sem emprego, conseguiu um emprego, por três meses numa empresa terceirizada da Telefônica, também em 2001. Há também o caso da Jurema que estava sem emprego em 1999, trabalhou em 2000 como empregada doméstica e, em 2001, após o término do Ensino Médio, iniciou trabalho como auxiliar de secretaria numa escola privada de Campinas; a Paloma já havia trabalhado em Minas numa barraca de feira, porém desde que chegou em Campinas estava desempregada, assim permanecendo em 1999, tendo em 2000 começado a trabalhar como empregada doméstica, fato omitido na primeira entrevista, dizendo ser operária da Dako.

Há aqueles que *mudaram de emprego*, como a Mirele que em 1999 trabalhava como vendedora numa loja de roupas e em 2000 passa para uma empresa de clipagem; o Marcelo, que em 1999 era auxiliar de escritório e passa em 2000 a trabalhar no setor de carregamento de caminhão da C&A. E a Deise, que de 1999 a 2001 trabalhou como auxiliar de produção, promotora de vendas de um produto alimentício, frentista em posto de gasolina, atendente em sorveteria, intercalando esses períodos com períodos de desemprego. Há, também, o caso do Augusto que chegou a trabalhar no McDonald's por dois meses, passando a trabalhar em uma firma de limpeza de piscinas, permanecendo nesse emprego por mais de dois anos, sendo registrado.

Alguns *mudaram de função ou categoria no mesmo emprego*. Um caso é o do Rogério, que trabalhava como "office boy" sem registro, foi dispensado e após dois meses recontratado com registro. Ou o do Wagner, que trabalhava como pacoteiro sem registro, passa a pacoteiro com registro e depois a atendente de balcão, melhorando o *status*, mas perdendo em rendimento, porque no primeiro caso recebia gorjetas dos fregueses. É o caso também do Denilson, que trabalha na empresa desde 1998, onde gerencia uma rede de computadores, permanecendo no emprego e recebendo em setembro de 2001 uma melhoria salarial, por passar de auxiliar de escritório a analista técnico.

Permaneceram no emprego e na mesma função a Carolina como auxiliar de escritório numa loja autorizada de assistência técnica a eletrodomésticos e o Carlos que trabalha na fábrica de velas.

Há o caso do João Paulo, que trabalhava na mesma firma de limpeza de piscinas do Augusto, há quatro anos e meio, e, por ser braçal e mal remunerado, *pediu demissão*. "Não tinha futuro aquele trabalho". Ficou oito meses desempregado e, após o término do ensino médio, em dezembro de 2000 conseguiu emprego na Antártica de Jaguariúna, ascendendo à categoria "privilegiada de trabalhador de indústria".

Sônia, por outro lado, representa o protótipo da jovem estudante *em trabalhos parciais e esporádicos* trabalhando como modelo em desfiles de roupas e jóias ou em época de promoções. A Camila nunca trabalhou fora, é casada, tem uma filha e faz o trabalho doméstico sem remuneração. A Maria já trabalhou quatro anos como atendente em consultório odontológico, porém, diante da dificuldade em arrumar empregos, também se dedica às tarefas domésticas. Sente-se “*um pouco desempregada*”. E a Élide, que se considera apenas estudante.

Esse breve relato das ocupações dos jovens denota a sua inserção em trabalhos pouco qualificados, no setor de serviços, onde a preparação para o trabalho requer conhecimentos básicos adquiridos no próprio trabalho a partir do que lhes é ensinado por outros trabalhadores mais experientes. O único trabalho com maior exigência de conteúdo é do Denilson por exigir um saber sobre computador e Internet, que, segundo ele, aprendeu sozinho, como “*auto-didata*”, a partir de um mínimo que lhe foi ensinado no trabalho. As demais ocupações exigem que o trabalhador possua as chamadas *competências*, relacionadas com modos de ser e de se relacionar com as pessoas e com as tarefas a serem cumpridas, sem grandes exigências a não ser a capacidade de adaptar-se constantemente, ser flexível. São praticamente habilidades cognitivas e, nesse sentido, a maior escolaridade facilita o preparo para o trabalho, fato esse também apontado por Martins (1997, p. 103), em seu estudo sobre jovens trabalhadores em indústrias².

O processo de substituição de pessoal segue a racionalidade instrumental e é um processo cada vez mais normalizado. De onde, cada vez mais as trajetórias ocupacionais dos jovens são descontínuas, intercalando períodos de trabalho com períodos de procura de trabalho, seguido de uma nova inserção, algumas vezes em ocupações melhores, mais bem remuneradas ou mais reconhecidas socialmente; outras vezes, aceitando trabalhar por menor salário ou em ocupações estigmatizadas. Estão em constante trânsito entre uma ocupação e outra, entre uma situação e outra, na caminhada para a vida adulta, hoje sob o domínio da imprevisibilidade e da vulnerabilidade. Sobre esta questão é significativo o texto de Pais (2001, p. 68-69):

É porque vivem em estruturas sociais crescentemente labirínticas que os jovens contemporâneos se envolvem em trajetórias yô-yô. De fato, um dos aspectos essenciais das culturas juvenis contemporâneas deriva das lógicas antinômicas que as caracterizam: ora rígidas, uniformes, coercivas; ora flexíveis, opcionais, sedutoras. Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas e modeladas em função dos indivíduos e seus desejos os jovens sentem sua vida marcada por constantes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém... São esses movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do yô-yô ajuda a expressar (p. 68-69).

² Martins (1997, p. 103) aborda a posição de Gorz sobre polivalência do operário em indústrias de processo contínuo, de quem se exige apenas uma formação comum, base sobre a qual se dá a formação específica, em cada indústria para onde o operário eventualmente se mobilize. Aponta para a facilidade de formação e para a fácil substituição do operário. Gorz designa esse fenômeno de processo de “banalização das competências” pela acessibilidade muito grande à qualificação.

E esse caráter do transitório que perpassa todos os campos da vida é particularmente perceptível na rotatividade do campo do trabalho.

Essa rotatividade é apenas o sintoma da própria situação difícil do mercado de trabalho a partir dos anos 90 do século XX, no Brasil, que é a “de extrema mobilidade e insegurança” (MARTINS, 2000).

Os jovens informantes dessa pesquisa, com raras exceções, estão inseridos no mundo do trabalho em ocupações não valorizadas socialmente, embora se enquadrem nas ocupações “dignas”, porém mal remuneradas, alguns contratados por prazo determinado, vários sem registro em carteira, estando precariamente incluídos, principalmente pela vulnerabilidade de sua situação e pela ameaça constante do desemprego. Como demonstram dados do Ministério do Trabalho, entre 1990 e 1995 o Brasil perdeu 2,1 milhões de empregos formais sendo 1,4 milhões (67%) referentes a trabalhadores jovens (MARTINS, 2001). São, portanto, os jovens os mais afetados diretamente pelas transformações, pelas metamorfoses do mundo do trabalho.

Esse processo de metamorfose do mundo do trabalho faz com que “le chômage n’est pas la caractéristique d’un état de crise permanent mais un des symptomes d’une recomposition profonde de la production à l’échelle mondiale”³ (DRANCOURT; BERGER, 2001, p. 96).

Segundo esses autores essa recombinação envolve assim: 1) a emergência do desemprego em massa; 2) a emergência de novas relações de emprego, baseadas na fragilidade dos laços salariais e da não garantia do emprego, ficando o “emprego típico” restrito ao núcleo duro⁴ das empresas reestruturadas ou aos titulares de cargos em empregos públicos; 3) a precarização do mundo do emprego com uma tensão entre o movimento de reestruturação das empresas e as aquisições sociais em termos de direitos sociais. 4) o aumento da concorrência no mercado de empregos, levando os jovens a lançarem mão das estratégias ao seu alcance, dentre elas a ampliação da escolaridade, como uma garantia a mais na disputa pelo emprego ou para a sua manutenção diante do processo de desemprego crescente, o qual constitui um capital simbólico a ser usado quando estiverem em jogo posições disputadas no sistema das classificações sociais. Como diz Pais (2001, p. 73): Para os jovens “encontrar trabalho é uma loteria e o que lhes sai na rifa é o trabalho precário”. O prolongamento da escolaridade pode ser visto ora como uma resposta (um investimento estratégico em capital escolar), ora como uma adaptação (um caminho paliativo ao desemprego).

³ (...) o desemprego não seja a característica de um estado de crise permanente mas um dos sintomas de uma recombinação profunda da produção em escala mundial (DRANCOURT e BERGER, 2001, p. 96).

⁴ Ver Segnini (1997, p. 16): “O emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades. Ao redor desse núcleo gravitará um número variável de trabalhadores periféricos, engajados por prazo limitado, poucas qualificações e substituíveis”.

É interessante observar que esse movimento de transformação nas condições concretas referentes ao mundo do trabalho vem acompanhado de mudanças também nas representações e no sentido do trabalho, com a introdução de outras lógicas além daquela que se fundamenta na obrigação do trabalho. Passamos assim à análise dessas questões a partir do que os jovens estudantes e trabalhadores dizem e pensam sobre emprego, trabalho e desemprego e suas relações com a escolaridade.

Os sentidos do trabalho em questão

As sociedades industriais modernas são constituídas em torno da ética do trabalho e como tal são sociedades do trabalho.

O trabalho já foi representado de várias formas como degradante, alienante, base moral para a pessoa humana, um dever moral, uma obrigação ligada à satisfação das necessidades básicas. Tais representações se mesclam, convivem. Em alguns momentos há o predomínio de uma sobre outra e em outros o seu valor é ressignificado, como na atualidade.

A ética do trabalho, historicamente fundada no valor da acumulação como recompensa pelo trabalho executado como um dever, de forma infatigável, constante, sistemática já esteve, no princípio, vinculada também à restrição do consumo. O texto clássico de Weber (1992) a respeito é ilustrativo quando afirma:

A ética ascética do protestantismo ao ser levada para fora do mosteiro e transferida para a vida profissional, passando a influenciar a moralidade secular, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da atual ordem econômica e técnica ligada à produção em série através da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo o indivíduo nascido sob esse sistema e não apenas daqueles diretamente atingidos pela aquisição econômica, e, quem sabe, o determinará até que a última tonelada de combustível tiver sido gasta. (p. 130)

Na realidade o trabalho é uma instância crucial na vida das pessoas nas sociedades modernas uma vez que está vinculado à possibilidade de lhes garantir provimentos, de determinar renda, status social e a maneira como organizam sua vida. Portanto, essa centralidade ímpar do trabalho na história das sociedades humanas advém de ser uma exigência para a sobrevivência das pessoas e para a inserção social e como tal é reivindicado como um direito, pautando as fronteiras da cidadania.

Com o desemprego crescente e a raridade do trabalho na forma do emprego assalariado regular, ainda assim o trabalho continua a ser um fator estruturante da vida das pessoas. E, da mesma forma que o mundo do trabalho tem passado por transformações em sua configuração, também o trabalho sofre transformações na maneira como é representado e valorado pelas pessoas.

Segundo Drancout; Berger (2002), referindo-se ao processo desenvolvido na França:

De 1950 à aujourd'hui, nous serions passés progressivement d'un éthos du travail, fruit de la civilisation industrielle, consacrant la primauté de la

société sur l'individu à une conception polycentrée de la vie où la recherche de l'estime de soi dans le travail se serait fortement affirmée. L'éthos de l'épanouissement personnel tendrait à recouvrir l'éthos du devoir. Le travail comme valeur d'utilité sociale tendrait à regresser pour prendre une fonction sociale et symbolique⁵ (p. 153).

Essa colocação acima reforça a ressignificação do valor do trabalho, apropriada pelos jovens, sobretudo, não como perda do valor ou do sentido do trabalho, mas sim como a busca da conciliação entre o constrangimento ao trabalho e a realização de si. Porque, na verdade, os indivíduos mantêm uma relação de ambivalência e contraditória com o trabalho no sentido de que “o trabalho estrutura a vida, o tempo livre e lhe dá sentido; ao mesmo tempo que impede os indivíduos de viverem e aproveitarem a vida” (LINHART, 1997).

Há nesse processo toda uma crítica às atitudes autoritárias nas relações de trabalho, ao seu lado heterônomo, compulsivo, alienado. Segundo as conclusões do estudo realizado por Chiesi e Martinelli (1997) com jovens italianos, o trabalho não é negado a não ser por minorias reduzidas.

Permanece um aspecto central na vida dos indivíduos porém, procura-se introduzir mais elementos de liberdade e autonomia, nos casos de trabalhos que permitam realizar as próprias capacidades; trata-se de reduzir as quantidades e tempos, no caso dos trabalhos pouco gratificantes aos quais ninguém quer sacrificar a própria vida afetiva (p. 111).

Como afirmam, os jovens não são nem *hippies* nem *yuppies*, ou seja, nem adotam a ética hedonista do não trabalho nem a ética do superinvestimento no trabalho adotado pelos *yuppies*, “viciados” em trabalho e prontos a tudo sacrificar em nome do sucesso profissional e da acumulação.

Drancourt e Berger (2001) dão tratamento interessante à questão: cruzando as dimensões instrumental, social e simbólica do trabalho⁶ com a ética do dever, elaboram um esquema interpretativo sobre o processo de mudanças na representação do trabalho dos jovens franceses que conduz à percepção da ampliação da ética de realização de si.

⁵ De 1950 aos dias de hoje, passamos progressivamente de um ethos do trabalho, fruto da civilização industrial, consagrando a primazia da sociedade sobre o indivíduo a uma concepção policentrada da vida onde a busca de uma estima de si através do trabalho será fortemente afirmada. O ethos da realização pessoal tenderá a recobrir o ethos do dever. O trabalho como utilidade social tenderá a regressar para reter uma função social e simbólica (DRANCOURT; BERGER, 2001, p. 153).

⁶ Drancourt. Berger (2001, p. 154) consideram três dimensões das relações do trabalho: a dimensão instrumental e material, referente ao trabalho como fonte de rendimentos e de riquezas exteriores e quantificáveis; a dimensão social que recobre as sociabilidades, as relações humanas no trabalho, as possibilidades de cooperação, de inovação e sobretudo as formas de reconhecimento social; e a dimensão simbólica: que reenvia ao universo das significações positivas ou negativas atribuídas ao trabalho pelos indivíduos na construção das identidades sociais.

Segundo os autores, até 1975 a ética do dever era predominante, havia a interiorização de que a necessidade de trabalhar era um constrangimento imposto pela sociedade ao indivíduo e quando as três dimensões acima citadas estavam estreitamente ligadas. Havia uma forte identificação do indivíduo com o seu trabalho, visto como útil social e economicamente.

Ao final dos anos 60, na França, o mercado de trabalho passa a oferecer trabalhos cada vez mais “*desqualificantes e desqualificados*”, porém a visão do trabalho como instância para a realização de si continuava crescente. Com a ampliação da escolaridade, os jovens escolares passam a esperar muito do trabalho, ao mesmo tempo que não conseguem projetar uma imagem de si positiva em relação ao trabalho que executam. E cada vez mais ocorre uma dissociação entre a expectativa de ser valorizado socialmente e economicamente pelo trabalho e os empregos cada vez mais precários.

Há uma dissociação das três dimensões das relações de trabalho e os jovens escolarizados não interiorizam mais o constrangimento do trabalho como primeiro dever em relação à sociedade. Porém, a obrigação do dever não desaparece. Se antes, no período áureo do Capitalismo os jovens trabalhavam e se realizavam no trabalho pelo sentimento do dever cumprido para com a sociedade, agora, o jovem escolarizado pensa poder se realizar pelo trabalho como em outras atividades sociais. “Mais le travail reste une force structurante dans la construction des identités sociales des jeunes dans la société industrielle”⁷ (DRANCOURT; BERGER, 2001).

Nas últimas décadas, os jovens vítimas do desemprego ou relegados a trabalhos precários, descrentes de suas expectativas, vão inventar espaços para realizarem atividades econômicas onde houver possibilidade, vão criar atividades em que sintam um reconhecimento social e algum sentido positivo no que fazem. As dimensões do trabalho não se equilibram havendo uma valorização maior, pelo indivíduo, das dimensões social e simbólica, embora em situações críticas, a dimensão instrumental, responsável pelos rendimentos e pela sobrevivência, se sobrepõe.

No caso dos jovens, sobretudo dos que vivem numa condição precária, suas relações sociais, de um modo geral, adquirem o perfil da reversibilidade, da hesitação, da ambivalência, num movimento oscilatório entre o emprego e o desemprego, entre uma atividade e outra, entre uma situação e outra, reafirmando a “trajetória yô-yô” sobre a qual já nos referimos antes.

E quanto aos jovens estudados nesta pesquisa, todos possuem o mesmo nível de escolaridade referente ao término do ensino médio, sendo que alguns vivem em condições de maior precariedade que outros, porém todos submetidos aos mesmos fatores contingentes que imperam no mundo do trabalho e na realidade cotidiana, nesse início de século XXI. E um dos objetivos desta pesquisa refere-se a apreender como os jovens investigados pensam o trabalho, que sentido este tem

⁷ Porém o trabalho continua sendo uma força estruturante na construção das identidades sociais dos jovens na sociedade industrial. (DRANCOURT & BERGER, 2001)

no direcionamento de sua vida e como enfrentam a escassez e a precariedade no mundo do trabalho e o desemprego.

Quando inquiridos sobre se consideram o trabalho um direito que a sociedade deve garantir ao indivíduo ou um dever do indivíduo para com a sociedade, houve um certo consenso em torno da idéia do *trabalho como direito*: 65%. Os que consideram o trabalho um dever representam 12%. Os demais responderam não saber (11,5%) ou não responderam (11,5%).

A inserção no trabalho é um fator significativo em sua vida, de um modo geral:

O trabalho é tudo. Sem meu trabalho não poderia dar um certo conforto para meus pais. E a minha casa depende muito do meu salário e das minhas duas irmãs... Meu pai já me deu muito na minha vida. E hoje eu devo a ele e a minha mãe. Não rejeito serviço seja ele digno, nem se for preciso ser doméstica. Só quero dar conforto para a minha família (Deise, jovem estudante, 2000).

No depoimento acima o trabalho na sua dimensão instrumental, de provimento das necessidades básicas, as mesmas que impõem não rejeitar trabalho “digno” dentro da ética convencional. Enquadrando-se nessa mesma ética, a questão que versava sobre a atitude de empenho e dedicação no trabalho obteve a adesão de 63% dos alunos, contra 10% que vêem o trabalho como uma atividade onde não devemos gastar todas as nossas energias porque há outras coisas mais importantes na vida. A essa questão não responderam 24% dos jovens tendo havido um índice de 3% dos que afirmaram não saber responder.

A questão referente à importância do trabalho para a sobrevivência das famílias dos jovens e deles próprios obteve resposta que estabelece estreita dependência entre a sobrevivência dos jovens e de sua família e o trabalho. Dos jovens que trabalham mais de 50% contribuem com o seu salário para a renda da família, no todo ou em parte. Um elemento interessante é a “ajuda” que os filhos devem prestar aos pais nas famílias populares, dentro do princípio da reciprocidade. Como bem coloca Heilborn (1997):

O grupo doméstico nas classes populares encerra um ciclo de trocas em que as dívidas dos pais em relação aos filhos, em primeiro lugar, a da vida e do sustento, são retribuídos pelos filhos em termos de um compromisso de ajuda para o funcionamento do grupo como um todo. Essa maneira de conceber os vínculos entre adultos e crianças mostra-se crucial na sua socialização dessas últimas que desde cedo falam na contribuição que darão em casa tão logo passem a ter salário (p. 314).

Os que não ajudam os pais diretamente ajudam-nos indiretamente sustentando-se e realizando seus desejos de consumo, próprios dos jovens. Como afirma Madeira (1997, p. 104), “é o vasto consumo de símbolos da juventude” que induz, também, o jovem ao mercado de trabalho, como a roupa, o “jeans” com griffe, o tênis, o novo corte de calça, o lazer, o som, os CDs, os bailes de finais de semana.

De toda maneira, nas famílias populares o trabalho faz parte da socialização na ética do trabalho, visto pelos pais como uma forma para ensinar o “bom caminho” na vida, prevenir vícios ligados à ociosidade. Esse aspecto do trabalho infantil

tem sido detectado em vários estudos empíricos. Como os estudos realizados por Demartini e Lang (1982), entre agricultores que vêem a participação dos filhos no trabalho como uma forma de educá-los para o enfrentamento das dificuldades da vida, para a preparação profissional, não descartando a sua ajuda financeira para a renda familiar. Ou os estudos realizados por Ferretti (1988) sobre a inserção de “trabalhadores das classes subalternas” na PEA, de onde se percebe que o trabalho é um dos fatores responsáveis pela formação do caráter, e o antídoto contra a miséria. Sobre essa questão Martins (1997), incluindo preocupações dos pais com a questão social mais atual, afirma:

A condição de trabalhador é inerente à condição do pobre, mas constitui também na visão dos pais, como anteparo aos perigos vividos “na rua”, ao risco da marginalidade, afastando os filhos das más companhias, do banditismo, do tóxico, enfim do que não presta, o mundo com seus perigos (p. 106).

Genericamente o sentido do trabalho para os jovens pesquisados reproduz em parte a visão dos pais e acrescenta valores típicos dos jovens dentro da conjuntura atual. O sentido do trabalho para os jovens pesquisados está relacionado a algumas noções tais como: sobrevivência, independência e autonomia, realização pessoal, consumo, ascensão social, estabilidade e segurança relacionada a uma carreira, como procuraremos mostrar a seguir. Essas noções aparecem ora interdependentes, ora reforçando um aspecto mais que outro ou, ainda, variável dependendo de referir-se a dois momentos da vida: o presente ou o futuro.

Trabalho numa agência de “clipagem”. Mas eu faço mais a parte de digitação e leitura. Eu estou registrada com 260,00 reais. “Não, não vejo futuro neste meu trabalho. É bem provisório. Eu me realizo mais ou menos, nesse trabalho (Mirele, jovem estudante, 2000).

No depoimento da Mirele predomina a visão instrumental vinculada ao “ganhar dinheiro” e o trabalho que realiza não é valorizado nem pela dimensão simbólica ou social, nem vinculada à ética da realização pessoal, importante na sua identidade pessoal.

A Gilsa, que passou dois anos desempregada “batalhando”, para usar sua expressão, quer ter uma carreira. No seu depoimento, a importância da carreira como emprego com segurança e uma certa estabilidade. Antes de entrar no emprego afirmou que gostaria de ser enfermeira, para ter uma carreira. No último depoimento já diz querer prestar um concurso para monitor de creche municipal, como sua mãe, que se aposentou nessa função. O desemprego amargurou sua vida, expressa sempre na frase, “continuo batalhando”. Observamos que não aceitou trabalhar como doméstica, porque, segundo ela, atrapalha para arrumar um bom emprego.

Outro que pensa numa carreira é o Rogério, no sentido de uma *carreira profissional*, não necessariamente num cargo efetivo no serviço público como a Gilsa. Segundo informou, trabalha como *office boy* em um escritório de contabilidade.

de no Centro, e o considera “a melhor forma de se iniciar numa carreira profissional”. Considera fundamental esforçar-se bastante no trabalho:

O que eu penso é me empenhar bastante aqui no serviço que eu estou agora; e mais prá frente fazer um curso para poder subir de cargo, lá no escritório. Curso de informática, de inglês. Porque é isso que eles estão pedindo mais agora... Mais para frente. Lá no trabalho eu sou sério (Rogério, jovem estudante, 2000).

Nesse depoimento, a segurança e estabilidade no emprego dependeriam do esforço pessoal, da seriedade, da responsabilidade. É um dos jovens que mais teme o desemprego.

O Carlos é trabalhador numa fábrica de velas, ganha dois salários mínimos, ajudando em casa com um terço do salário e se mantendo com o restante. Afirma ter muita responsabilidade no trabalho: “Desde que trabalho lá, faz três anos, só dei duas faltas. Por necessidade. Nunca faltei por faltar, por estar cansado” (Carlos, jovem estudante, 2000).

Pelo seu depoimento afirma se realizar no trabalho, por ser responsável e cumprir seu dever. Porém, pretende, se o dinheiro der, fazer Odontologia, “por gosto” da profissão. Na sua visão o trabalho hoje seria uma forma de conseguir realizar-se num trabalho futuro, diferenciado e escolhido.

Mas o dinheiro (disponível) às vezes não ajuda. Mas se tiver, vou fazer. Vou ver mais no final do ano, quando acabar os estudos aí eu vou entrar de cabeça.. Eu penso mais em Odonto. Porque eu gosto mais. Nem tanto pelo mercado de trabalho porque, praticamente em cada duas esquinas tem um dentista, hoje. Mas é mais por gostar mesmo (Carlos, jovem estudante, 2000).

O Marcelo, o Waldemar e o Wagner pensam o trabalho mais sob o prisma da autonomia, da realização pessoal e pela possibilidade de ser “livre” para poupar e adquirir os bens que pretendem consumir.

Marcelo vive com a mãe, cabeleireira/esteticista, sendo o caçula de uma família ampliada: o pai casou-se duas vezes e se separou duas vezes também. Tem cinco irmãos. O trabalho para ele representa a autonomia e ser responsável pelo seu próprio sustento. Começou como auxiliar de escritório e em 2000 trabalhava no carregamento de caminhões para a C&A. Trabalho mais braçal que o outro e também sem registro. Pensa como jovem escolar, fazer faculdade, curso de Direito, que “fornece muitas opções no mercado de trabalho”. No presente, submete-se a trabalhos precários, desvalorizados socialmente, mas que vão lhe permitindo adquirir experiência na cultura do trabalho. Afirma gostar do ambiente de trabalho denotando que a dimensão social compensa o aspecto simbólico negativo.

No futuro o Marcelo não pretende trabalhar como empregado. Almeja realizar-se no trabalho, sendo autônomo, proprietário ou numa carreira em que seja independente.

Waldemar é filho mais velho, cujos pais se separaram quando criança e sua mãe voltou a se casar com um militar aposentado. Freqüenta a Igreja Batista. Durante muito tempo procurou emprego e conseguiu o seu primeiro como auxiliar de escritório, estagiário, sem registro, ganhando 300,00 reais por mês. Após nove meses no emprego dizia do sentido do trabalho: "O trabalho em minha vida representa alegria, representa importância pessoal e orgulho também. Representa se sentir útil à sociedade" (Waldemar, jovem estudante, 2000).

Prestou vestibular em Educação Física, está cursando e pretende "ter uma vida profissional bem sucedida no futuro, sendo personal trainer. A condição social de sua família era razoável, não precisando trabalhar para sobreviver, mas sim para conquistar independência e realização pessoal. Observamos em seu depoimento que ao lado da afirmação de si pelo trabalho, está a idéia do dever para com a sociedade *sendo útil* a esta. Como lutou muito pelo primeiro emprego seu depoimento é revelador da dimensão que o trabalho ocupa na constituição de sua identidade, no sentimento da independência pessoal, sendo o *não emprego* sentido *como* "tristeza, falta de importância pessoal, vergonha e inutilidade perante a sociedade."

Para o Wagner o trabalho significa independência hoje e no futuro, autonomia, com o objetivo de alcançar uma atividade lucrativa e que lhe garanta realização pessoal, no sentido de ganhar o suficiente para "conseguir as coisas que eu quero ter". Começou como pacoteiro, garoto com doze anos. Salário mínimo, gorjetas, sem registro. Antes o pai era motorista de ambulância de um Hospital Municipal, ganhava pouco, é verdade, mas o suficiente para sobreviverem. O que ganhava era para suas próprias despesas. Depois, o pai entrou para o ramo do transporte alternativo como "perueiro" e a situação da família melhorou. Desde o começo, gastava com suas roupas, com o som e guardava a sobra do salário. Comprou um carro só seu.

É um trabalho leve... Futuro não vejo neste trabalho. Ali não tem como progredir... quero para o futuro abrir uma loja prá mim. O trabalho para mim significa conseguir as coisas que eu quero: já consegui comprar o meu carro, estou pagando os meus cursos, um monte de coisa... O trabalho é uma ótima coisa porque eu posso ganhar meu dinheiro e comprar ou investir no que eu quiser (Wagner, jovem estudante, 2000).

O Wagner no final de 2001 saiu do emprego e começou a realizar o seu projeto de trabalhar por conta própria, estando como motorista numa "perua" de seu pai, no ramo do transporte alternativo. O trabalho não tem aquela conotação de uma realização pessoal pelo trabalho em si, mas pelo que ele lhe propicia em termos de capital econômico.

Para o Rodrigo ser bem sucedido no trabalho depende de um modo de ser – *conviver bem com as pessoas, ser responsável, tratar bem o cliente*. O trabalho é uma contingência natural da vida:

Eu gosto. Do ambiente de trabalho, do serviço. Ganho razoável. De dois a três salários. Por enquanto não tenho registro. Converso, tenho amizade

com todo mundo. Só que lá tem controle sobre a conversa... Não tenho medo do desemprego. Eu tenho consciência de que eu trabalho direito. No trabalho tem que ser dez. O cara para trabalhar tem que fazer bem feito (Rodrigo, jovem estudante, 2000).

Nesse depoimento uma dimensão que se sobressai é a dimensão social: a convivibilidade, o ambiente, o modo de agir com clientes, a norma que controla o comportamento dos empregados, dentro ainda de uma ética convencional do trabalho realizado com responsabilidade, dependendo garantia de empregos futuros da dedicação pessoal, da qualidade de ter “*consciência para o trabalho*”. O trabalho atual representa aquisição de experiência profissional, no caso, aprender as regras do trabalho. Advoga para si um trabalho que o absorva menos, no futuro:

Eu pretendo trabalhar um pouco menos, para ter um pouco mais de lazer, para curtir um pouco mais a vida. É do convívio com os amigos que eu sinto falta. Aproveitar que eu ainda sou jovem, que não tenho família, para passar bastante (Rodrigo, jovem estudante, 2000).

O Denilson vê em seu trabalho tudo: *sobrevivência, possibilidade de lazer, saúde, amizade*. Não tem de fato quem o ajude fato quem o ajude hoje: o pai solteiro está desempregado. É o responsável por si mesmo. Mas procura realizar o seu trabalho realizando-se.

O trabalho para mim, além da sobrevivência, é a possibilidade de lazer, saúde e amizade. É tudo. Eu dependo dele. Me realizo no trabalho por enquanto. Eu gerencio uma rede de computadores... Trabalhei na CPFL, tive alguma noção lá, daí fui observando e fui aprendendo. Ganho mais ou menos 510,00 reais por mês, bruto; com descontos fica em menos de 400,00 reais. Tenho contrato (Denilson, jovem estudante, 2000).

O Denilson em 2001 obteve uma melhoria salarial, sendo contratado como analista técnico, estando sempre atento às oportunidades de “*aprendizagem e crescimento profissional*” pagando cursos, um deles sobre Engenharia de Rede. O trabalho é uma fator central em sua inserção social, tendo encontrado apoio “moral” das irmãs casadas, do irmão solteiro, com quem vive, da mãe, que voltou para Minas após perder o marido e dois filhos, o primeiro, por derrame, um filho, por acidente de trabalho e outro filho, vítima da violência.

O Augusto estuda forçado e trabalha como uma obrigação natural da vida. Trabalha para se sustentar, às vezes ajudando o pai com o que sobra do seu salário, um salário de R\$ 250,00 por uma jornada de oito horas diárias, de segunda a sábado de manhã. Tem a vantagem de ser registrado e de gostar do trabalho, afinal não é muito repetitivo, é mais braçal e se relaciona bem com o patrão. Também diz ser sério e responsável no trabalho e fazer o oposto do que faz na escola. Apesar disso diz que pretende procurar um outro trabalho “*quando passar a fase do quartel*”, que pague melhor.

O Augusto apresenta atitudes na escola e no trabalho muito semelhantes a dos “rapazes” estudados por Willis (1991). Tal como eles, o trabalho manual “é gostoso” e todos os trabalhos se parecem na medida em que se trabalha para ganhar um salário, para sobreviver, para se manter. Interessante a observação de Willis (1991) a respeito da correlação entre rejeição da escola, valorização do trabalho manual e a vinculação entre o trabalho manual e a afirmação positiva da masculinidade.

O trabalho manual está revestido de qualidades masculinas e adquire certas conotações sensuais para os “rapazes”. A dureza e a dificuldade do trabalho e do esforço físico – em si mesmo e na divisão do trabalho e por causa de sua lógica estritamente capitalista, um trabalho sem nenhum heroísmo ou grandeza intrínseca – adquirem brilhos e profundezas masculinas e uma importância que vai além do trabalho em si... São necessárias capacidades masculinas para lidar com eles (WILLIS, 1991, p. 186).

E o Augusto, com sua atitude perante o trabalho, associada à sua rejeição à escola e ao trabalho mental, denota uma posição semelhante.

O trabalho na visão da Carolina, filha de Químico de grande empresa multinacional, tem um papel de realização em sua vida. Não se trata de realização pelo conteúdo do trabalho em si, mas sim pela independência que possibilita.

Pretendo continuar trabalhando sempre. Para a gente crescer independente. Não ficar dependendo de pai, de mãe, marido. Ser independente é outra vida, porque se precisa ajuda em casa e tenho minha independência também (Carolina, jovem estudante, 2000).

Afirma adorar o seu trabalho de auxiliar de escritório, pelo ambiente agradável, e o que ganha, R\$ 250,00 reais, é suficiente para o que pretende na vida. Notamos que a dimensão social do trabalho é muito valorizada, bem como a dimensão simbólica externalizada na questão da independência.

A Sônia vinda de uma família das camadas médias que passou por uma descensão social, não vê o “trabalho” como um ente genérico: para ela há trabalhos e trabalhos. E ela não aceita “qualquer um desde que seja digno”, como algumas colegas. Quer trabalhar, porém em serviços com um certo *status*. Em abril de 2001 estava trabalhando como vendedora numa loja do Shopping, conseguindo de alguma maneira se sustentar, sobretudo porque, órfã de pai e com a mãe doente, sem conseguir trabalhar, passa a depender muito de si e de seu trabalho. Acredita também que para arrumar emprego precisa conhecer alguém que dê indicação: “É difícil arrumar emprego quando você não conhece ninguém. Por exemplo eu, se vou procurar emprego no Shopping eu conheço muita gente. Prá mim não é tão difícil assim (Sônia, jovem estudante, 2000).

A Jurema, vinda do norte de Minas, arrumou trabalho “em casa de família”. Registrada, dizendo não ganhar bem. Ganha 270,00 reais por um trabalho de cinco horas por dia. “Pegou” esse trabalho porque o mercado de trabalho está difícil.

Sente-se bem no trabalho, porque seus patrões “são pessoas entendidas, que a toda hora estão dando toques, informando”. No entanto, queixa-se do preconceito em torno da “empregada doméstica”. Muitas vezes não gosta de dizer para os outros o seu trabalho porque as pessoas se espantam:

‘Imagina, você está brincando, não é’? Porque acham que eu tenho capacidade de ser uma pessoa que tem serviço melhor. Inclusive eu já arrumei serviço melhor. Alguns não têm carteira assinada, com um salário bem alto, mas sem carteira assinada etc e tal. E eu sou assim antes ficar com o certo do que o duvidoso. Mas eu me sinto muito diminuída em ser empregada doméstica. É horrível, a reação das pessoas. Como eu fico chateada, minhas amigas dizem: Jurema, não liga com isso não. Porque veja bem, você está trabalhando honestamente (Jurema, jovem estudante, 2000).

O relato da Jurema denota a importância da segurança no trabalho. Ela dizia que nesse trabalho, “*não temia o desemprego*”. Preferia manter o emprego de que não gostava pelo estigma que carrega, do que arriscar em um outro que não sabia se iria dar certo. Porque para a Jurema o trabalho: “É o único meio de conseguir parte do que quero e é minha subsistência. E é o único meio que eu tenho de ter uma ascensão” (Jurema, jovem estudante, 2000).

Porque a Jurema tem no trabalho e na escola, conjugados, um projeto de ascensão social. Disse claramente: “Terminei o noivado porque meu sonho era vir para cá, estudar e tentar uma vida melhor. Quero ter estabilidade financeira e profissional e só depois me casar”. Pretende fazer faculdade, um curso de Tecnologia em Aeronáutica ou Engenharia Civil, esperando se realizar no trabalho.

E para ela as dimensões instrumental, social e simbólica estão estreitamente ligadas entre si e sua visão se enquadra no padrão da ressignificação do valor do trabalho, conciliando o constrangimento ao trabalho com a realização de si. A centralidade do trabalho é manifesta, pois dele espera: sobrevivência, independência, segurança, realização de si e ascensão social.

A condição da Jurema e também da Maria, Camila e Paloma nos coloca à frente com a condição das mulheres em torno do trabalho doméstico.

Como nos mostra Madeira (1997, p. 104), 30% das adolescentes do sexo feminino trabalham, ficando um quarto na condição de *domesticidade excludente*, ou seja, dedicam-se exclusivamente aos afazeres domésticos. Observou também que muitas não trabalhavam fora de casa pela dificuldade de arrumar emprego. Havia uma oferta maior de empregos para as mulheres no setor do trabalho doméstico, enquanto que os rapazes acabavam sendo beneficiados, porque a maior parte das ofertas de empregos para jovens atendiam a um perfil masculino, tais como *office boy*, empacotador, entregador etc.

Constatou ainda que, quando pertencentes aos setores mais empobrecidos, as meninas acabam confinadas aos afazeres domésticos e entram por um caminho do qual raramente se evadem: o da domesticidade excludente, da dona de casa ou da empregada doméstica (mensalista ou diarista). Constatou uma ampliação da escola-

ridade das mulheres e, quanto ao trabalho como empregada doméstica, uma grande resistência das adolescentes.

E as mães também rejeitam esse trabalho para suas filhas. Segundo Madeira (1997), um arranjo muito comum é as filhas ficarem em casa, cuidando da casa, dando o suporte para que a mãe vá trabalhar, como doméstica, provavelmente recebendo salário maior do que as filhas adolescentes. Com isso evitam o “estigma” de domésticas para suas filhas, possibilitando a elas estudarem mais e conseguirem um emprego melhor e mais “digno”. “Ou seja, filhas em casa e mãe no trabalho doméstico remunerado_ faz parte do projeto de mobilidade social das mulheres pobre” (p. 105).

E assim resistem ao que lhes é destinado “naturalmente” com um arranjo vantajoso, segundo a autora, pelas razões expostas acima, e por abrir a possibilidade de sair do “circuito fechado” do trabalho doméstico.

Essa questão da resistência e do estigma do trabalho doméstico nos remete ao caso de Paloma.

A Paloma vive numa família monoparental, chefiada pelo pai. O casal separou-se em Minas e vieram para Campinas, com exceção da mãe. Desse modo a Paloma não poderia lançar mão do esquema citado por Madeira (1997). Com as dificuldades para arrumar trabalho e as grandes carências de sua família – só o pai trabalhando como ajudante de pedreiro, com quatro filhos, e sendo a Paloma a filha mais velha, esta acabou arrumando emprego como doméstica. O pai, posteriormente foi trabalhar na Motorola, mas ela permaneceu no mesmo trabalho. Rejeitou esse fato e, quando por ocasião da entrevista, nos relatou em detalhes que trabalhava na Dako, no período noturno, o tipo de função que desempenhava, salário etc.

“Eu, agora, estou trabalhando na Dako. Ganho R\$ 1.200,00 por mês. Eu trabalho no setor de eletro-erosão. Eu gosto do meu trabalho” (Paloma, jovem estudante, 2000).

Em maio de 2001, num contato telefônico, atendido pelo pai, este nos relatou que a Paloma sempre trabalhou como empregada doméstica. Aquela descrição referia-se ao trabalho do tio.

Consideramos esse incidente um dado relevante por nos dar a dimensão da rejeição ao trabalho da empregada doméstica, a ponto de a jovem informante ocultar sua situação ocupacional para livrar-se do estigma. E de como projetou para si o trabalho do tio: um trabalho estável, bem remunerado e, sobretudo, com reconhecimento social, uma vez que para as camadas populares, com tradição nas classes trabalhadoras, o ideal almejado é um emprego numa grande empresa, que melhor garanta aos seus empregados direitos trabalhistas e sociais.

De qualquer forma, observamos, no caso da Paloma, o sentido do trabalho como necessário por uma questão de sobrevivência em primeiro plano. Não se trata de escolher trabalho, mas de “pegar” o trabalho que aparece, numa visão bem instrumental, de fonte de provimentos, e subordinada à ética tradicional do trabalho. Essa visão fica mais claramente explicitada no depoimento da informante sobre o desemprego: “Olha, eu ficaria desesperada, se ficasse desempregada, porque eu

tenho que ajudar o meu pai a criar os meus outros três irmãos... O trabalho é importante porque nos ajuda financeiramente e somos úteis em alguma coisa” (Paloma, jovem estudante, 2000).

Não fala em realização pessoal, mas em “*ser útil em alguma coisa*”, explicitando a idéia do dever cumprido, embora pense na realização possível, pelo menos através de um trabalho com reconhecimento social.

Dedicam-se às atividades domésticas não remuneradas, a Maria, que, não conseguindo emprego e não sendo casada, depende da mãe, uma pensionista e dos favores do irmão e a Camila, casada, com uma filha pequena, só pretendendo trabalhar fora, quando puder mandar a filha para a escola. A visão de ambas em relação ao trabalho que realizam é a do dever para com a família, uma retribuição pelo que recebem em termos de serem sustentadas. No caso da Camila, é uma opção, mas, no caso da Maria, é fruto das circunstâncias; não conseguindo emprego, cansou-se de procurar e resolveu assumir o trabalho doméstico, configurando o desemprego oculto. “Eu cuido da casa. Prá mim eu não acho muito legal, mas, em vista de eu estar ajudando a minha mãe, prá mim está ótimo. Procurei e procuro emprego até hoje, mas está difícil Me sinto um pouco desempregada” (Maria, jovem estudante, 2000).

Esse depoimento fortalece as conclusões de Madeira (1997) de que muitas vezes as jovens não trabalham fora porque as ofertas de trabalho, fora do âmbito doméstico, são escassas.

Quanto ao desemprego, não existe relato que o valorizasse de alguma maneira, mesmo diante da insatisfação com o trabalho. A grande maioria atribui o desemprego à forma como a sociedade está organizada: 72,1%. Apenas 5,6% dos informantes consideram o indivíduo o responsável pelo seu desemprego. A essa questão não responderam 17,7% dos jovens e responderam não saber, 4,6%.

Do mesmo modo que os resultados encontrados por Bajoit e Franssen (1997) os jovens entrevistados relatam experiências negativas com o desemprego, revelando sentimentos de humilhação, inutilidade; e o tempo liberado do trabalho é vivido como um tempo para se auto- formar, fazer cursos ou ainda é preenchido exaustivamente com a busca do trabalho. Alguns relatos foram particularmente importantes por nos dar a dimensão do sofrimento vivido pelos desempregados, que nos permite apreender como o desemprego é percebido/vivido pelos jovens estudantes trabalhadores.

O desemprego, na realidade, equívale à negação do acesso aos provimentos básicos, à saúde, ao consumo de roupas, medicamentos, materiais escolares e formas de lazer. Significa viver de uma forma não digna, sobretudo para aqueles que não possuem nada além do salário.

Os jovens das camadas populares que participaram desta pesquisa não demonstram rebeldia contra as dificuldades de toda ordem que enfrentam, porém, de um modo geral, sofrem certa desilusão em relação às oportunidades que pensavam ter. E resistem o quanto podem aos trabalhos mais desqualificados.

É o caso do João Paulo. Começou a trabalhar na firma de limpeza de piscinas aos dezesseis anos lá ficando até os vinte e um. De família simples, migrantes de Minas, tinha expectativas de arrumar um emprego melhor:

Trabalhei lá quatro anos e meio e depois eu pedi para sair. E agora eu estou desempregado. Foi uma opção pelo lado do serviço, porque como eu te disse eu não estava mais gostando do serviço porque estava atrapalhando as costas, os braços... E não dava futuro também (João Paulo, jovem estudante, 2000).

E sobre o desemprego: “Mas eu estou me sentindo um rejeitado, por estar desempregado. Me sinto rejeitado porque fazem a entrevista e mandam esperar o resultado. E nunca chamam” (João Paulo, jovem estudante, 2000).

O João Paulo é elogiado pela mãe e avó pelo seu modo de não desistir de ir atrás do trabalho, fazer os bicos que aparecem sem perder o seu objetivo que é um trabalho melhor. É uma disposição para o trabalho adquirida pela socialização familiar, compatível com a ética convencional do trabalho. A sua postura diante do desemprego, de ocupar-se, no entanto, não elimina os sentimentos de humilhação do desemprego.

Em dezembro conseguiu um emprego na Antártica, realizando o que esperava, por enquanto: arrumar um trabalho melhor, numa empresa que paga um salário melhor R\$ 600,00, com registro, das quinze às vinte e três horas, com condução da firma e com direito a um curso no SENAI, pago pela AMBEV.

Diferente a situação da Magda. Trabalhou sete anos na Danone, no setor de balas, como maquinista. Saiu porque foi despedida, ficando desempregada. Um dos motivos de sua ansiedade foi a perda da independência ligada à possibilidade de dispor do seu próprio dinheiro para a compra de pequenas coisas, passando a tudo depender do salário restrito do marido.

Em seu depoimento, a persistência do desemprego a levou a fazer vários cursos, como dois de Computação, um de Secretária Executiva, Inglês, Curso de Qualidade e um curso do SEBRAE, procurando conseguir a “qualificação” que o mercado exige. Ou seja, o que aparecia de curso fazia. Tomou a si a responsabilidade por qualificar-se, tentando superar o desemprego, porém cada vez mais frustrada e apenas alimentando a rede de cursinhos rápidos, no formato de módulos, que proliferam por toda parte, com a aparência de cursos sérios e criando nos jovens a expectativa de que conseguirão trabalho, porque mais bem qualificados.

Em abril de 2001, retomamos o contato e soubemos que em janeiro de 2001 conseguiu um emprego, no período noturno, numa empresa terceirizada que prestava serviço para a Telefônica. Em 30 de abril a firma iria fechar e a Magda estaria, novamente, desempregada reiniciando o percurso por novo emprego. Ganhava 300,00 reais por mês, para trabalhar das vinte e uma horas às seis horas da manhã, para fazer serviço de escritório.

Considerações finais

E' a situação dos jovens que, vivendo a precariedade e a vulnerabilidade do mundo do trabalho, sofrem, como conseqüência, alterações em sua subjetividade, sentem a perda da auto-estima, vergonha e humilhação. Muitos dizem temer o desemprego, mas aqueles que o vivenciam apresentam um relato mais ou menos semelhante, como, por exemplo, o do Waldemar:

Estar desempregado é muito ruim. É uma situação difícil onde você tem que ter bastante paciência, não se desesperar, continuar prosseguindo e não parar. E continuar lutando até conseguir... tem momentos que você se sente inútil. Você se sente humilhado, rejeitado, sem futuro (Waldemar, jovem estudante, 2000).

Observamos que consideraram o fator mais importante num emprego o *bom salário*, numa distribuição de 57% das respostas.

Em segundo lugar, revelando um movimento em direção à nova ética do trabalho, 39,8% relacionaram o bom emprego com *prazer e realização pessoal* seguido de *segurança e estabilidade* (35%) e, em quarto lugar, a *possibilidade de fazer carreira* com 30% das respostas.

Quanto ao significado do trabalho em sua vida, observamos que apenas os jovens mais pobres o vinculam à *sobrevivência*. Consideramos tal dado revelador de uma tendência em direção a uma nova concepção do trabalho, em que ganha importância o conceito de satisfação e de auto-realização por meio do mesmo; e essa concepção se desenvolve com maior vigor na proporção inversa às necessidades básicas ligadas à sobrevivência no espaço social. E, para aqueles que "*trabalham no que aparece*", que é o caso da maioria, de fato, a visão instrumental do bom salário é a que prevalece.

Observa-se, pelas próprias informações dos jovens sobre sua atitude no trabalho, que atribuem o seu sucesso ao esforço pessoal. De um modo geral, sua postura é de conformação com os padrões normativos dominantes, dentro da ética convencional do trabalho.

Grosso modo, consideram ser mais difícil arrumarem empregos, na atualidade. Esse fato foi constatado por 72,5% dos alunos entrevistados.

Pediu-se a eles que indicassem três fatores que julgavam os mais importantes para que alguém arrumasse emprego. Para os alunos entrevistados o fator mais importante é *gostar de trabalhar*, em segundo lugar, *ter feito um bom curso* e, em terceiro, *ser agradável*. Interessante notar que os jovens com situação social mais precarizada, atribuíram grande valor ao item "*ter boa aparência física*" na obtenção de emprego. Com isso estão dizendo do preconceito de raça e de classe dos agenciadores de mão-de-obra, dos quais são vítimas.

Observa-se que, também nessa questão, as suas respostas atribuem responsabilidade maior ao próprio agente que procura emprego, ignorando as fatores do contexto sócio-histórico. Nesse sentido há uma convergência entre esses resultados e os obtidos na pesquisa por Chiesi e Martinelli (1997), com jovens italianos com respeito ao predomínio de uma lógica individual, centrada em atitudes indivi-

duais, norteando suas estratégias de participação no trabalho, qualificação profissional, conquista do emprego e permanência. Essa colocação não deixa de revelar uma aparente contradição com sua visão anteriormente colocada sobre o desemprego, como sendo provocado por fatores estruturais.

Este estudo registra e esboça algumas reflexões sobre o processo social de integração do jovem num dos mundos do trabalho: o do trabalho precário, exatamente, o mundo do trabalho que tende a perder o sentido do coletivo pela fragmentação, pela competição acirrada na conquista e manutenção do emprego e pela insegurança crescente que ronda a vida dos trabalhadores, qualificados ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. O trabalho, busca do sentido. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, p. 76-95, maio/dez. 1997.
- BILLIARD, I. Le "Grand Intégrateur" Selon Yves Barel. In: APPAY, B.; Mony, A. T. (Orgs.). *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris: IRESCO, 1997.
- CASTELL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHIESI, A.; MARTINELLI, A. O trabalho como escola e oportunidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, p. 76-95, maio/dez. 1997.
- DEMARTINI, Z. B. F.; LANG, A. B. S. *Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras*. São Paulo: CERU/INEP, 1982.
- DRANCOURT, C. N.; BERGER, L. R. *Les jeunes et le travail: 1950-2000*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- FERRETTI, C. J. *Opção: trabalho*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
- HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero, e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- HIRATA, H. *Competências e divisão social do trabalho no contexto dos novos paradigmas produtivos*. S.l., s.ed., 1996.
- HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, C. et al (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LINHART, D. Trabalho: derrota, eles dizem. *Sociologia do Trabalho*, v. 2, n. 97, p. 235-249, 1997.
- MACHADO PAIS, J. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar, 2001.
- MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- MARTINS, H. H. T. S. O jovem no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, p. 76-95, maio/dez. 1997.
- _____. A difícil transição: análise de trajetórias ocupacionais de jovens operários metalúrgicos. *Proposições*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 32, jul. 2000.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

SEGNINI, L. R. P. *Desemprego e terceirização: trabalho, qualificação e direitos*. Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 1997. Projeto de Pesquisa DECISAE.

WEBER, 1992.

WILLIS, P. *Aprendendo a ser trabalhador*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

Abstract: *In this research we analyze some relations between education and working, trying to understand the young workers-students' representations over that double question. We, also, analyze the occupational trajectories of the young and the senses that they give to working in their lives, nowadays, hardly vulnerable.*

Keywords: *education and working; youth; senses of working.*